



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681296 - SC (2021/0225906-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RAMON MACHADO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAMON MACHADO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 5017062-64.2020.8.24.0020/SC).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 16 dias-multa, em seu mínimo legal, por infração ao disposto no art. 155, §§ 1º e 4º, I, do Código Penal. Foi-lhe concedido o direito de apelar em liberdade.

A impetrante sustenta que, no caso, não houve a necessária realização do exame pericial, para se reconhecer a qualificadora do rompimento de obstáculo prevista no inc. I do § 4.º do art. 155 do Código Penal, em razão de o paciente supostamente ter arrombado o portão da garagem do condomínio e cortado os cadeados que seguravam as *res furtivae*.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para reconhecer a ilegalidade do acórdão (CPP, art. 660, § 2º) e suspender os efeitos da condenação quanto ao excesso impugnado, até julgamento final do *writ*. No mérito, pugna pela confirmação da ordem e declaração da ilegalidade ocorrida, a fim de afastar a qualificadora de rompimento de obstáculo, com a consequente readequação da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente